

O USO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA ALUNOS COM TEA: UM OLHAR NO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA TURMA DO 8º ANO NA EA-UFPA.

Mauro Pinheiro Pastana¹
Antonio Junior Ribeiro Lopes²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância dos materiais pedagógicos no processo de inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental II. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva, fundamentada em livros, artigos científicos e documentos legais relacionados à educação inclusiva e ao ensino de Sociologia, acompanhando um aluno do 8º ano na Escola de Aplicação da UFPA. Os resultados evidenciam que a utilização de recursos adaptados e contribui significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem, da interação social, da atenção e da autorregulação emocional e concentração de alunos com TEA, favorecendo sua participação no ambiente escolar e consequentemente fora da Escola. Conclui-se que os recursos pedagógicos se configuram como um recurso louvável e abrangente, capaz de produzir a aprendizagem significativa, o bem-estar emocional e a inclusão efetiva desses estudantes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Materiais Pedagógicos;

INTRODUÇÃO

Neste artigo discutiremos a importância dos recursos pedagógicos no ensino voltado para o aprendizado de um aluno na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará EA-UFPA, com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e como podem ser incluídos para auxiliar a aprendizagem contando também com a atuação de um Profissional de Apoio Escolar - PAE. Um adolescente com deficiência desafio para o corpo docente, que precisa dispor de recursos adequados para trabalhar com esse adolescente, é essencial para uma interação significativa de grande porte, sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental.

A educação inclusiva configura-se como um direito assegurado legalmente e um compromisso ético da escola contemporânea, especialmente no que se refere ao atendimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A partir da promulgação da Lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, reforça-se a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem desses estudantes no ensino regular, em igualdade de oportunidades com os demais. Nesse sentido, a adequação dos

¹ Profissional de Apoio Escolar, Licenciado em Música e Pedagogia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Aprendizagem e Práticas Pedagógicas Inclusivas – GEPAPPI/EAUFPA. E-mail: maup.past@gmail.com;

² Professor Substituto de Educação Especial e Inclusiva, Mestre em Administração, e-mail: anjrlopes@gmail.com

materiais pedagógicos torna-se elemento central para assegurar práticas educacionais equitativas e efetivas.

No contexto do Ensino Fundamental II, especialmente no ensino de Sociologia, observa-se que os conteúdos exigem abstração, interpretação crítica e habilidades socioemocionais que podem representar desafios adicionais para estudantes com TEA. Dessa forma, a adaptação de recursos didáticos, metodologias diferenciadas e estratégias visuais e estruturadas tornam-se indispensáveis para favorecer a compreensão e a participação ativa desses alunos. Conforme destacam Silva, Santiago e Oliveira (2019), as adaptações curriculares constituem instrumentos fundamentais para garantir o desenvolvimento das potencialidades do aluno autista, respeitando seus limites e singularidades.

Além disso, a literatura especializada evidencia que o uso de materiais pedagógicos estruturados, visuais e organizados contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da pessoa com TEA. Segundo Suplino (2011), “ensinar a pessoa com autismo requer planejamento sistemático, organização do ambiente e utilização de recursos que favoreçam a previsibilidade e a compreensão das atividades propostas” (SUPLINO, 2011, p. 23). Tal perspectiva reforça a importância de práticas pedagógicas intencionais e fundamentadas teoricamente.

Justifica-se, portanto, a realização deste estudo pela necessidade de analisar, no contexto da Escola de Aplicação da UFPA (EA-UFPA), como os materiais pedagógicos podem contribuir para o processo de inclusão de um aluno com TEA no 8º ano, especialmente no ensino de Sociologia. A investigação busca não apenas compreender as práticas adotadas, mas também refletir sobre os desafios enfrentados pelo corpo docente e pela atuação do Profissional de Apoio Escolar (PAE), destacando a relevância da formação continuada e do planejamento colaborativo.

Ademais, este estudo se mostra relevante por contribuir para o debate acadêmico acerca das práticas inclusivas na Educação Básica, oferecendo subsídios para professores, gestores e pesquisadores interessados na construção de uma escola mais democrática, acessível e comprometida com a aprendizagem significativa de todos os estudantes. Assim, a pesquisa reafirma o princípio de que a inclusão não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve a garantia de condições pedagógicas que assegurem o desenvolvimento integral do aluno com TEA.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a importância do uso de materiais pedagógicos adaptados no processo de inclusão escolar de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no ensino de Sociologia do 8º ano da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA-UFPA), considerando suas contribuições para a aprendizagem, interação social e desenvolvimento socioemocional. E os objetivos específicos são: identificar os principais desafios enfrentados por alunos com TEA no Ensino Fundamental II, especialmente no ensino de Sociologia; investigar quais materiais pedagógicos e adaptações curriculares são utilizados no acompanhamento do aluno com TEA na turma do 8º ano da EA-UFPA; contribuir para o debate acadêmico acerca do uso de materiais pedagógicos como instrumento de inclusão no contexto da Educação Básica.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e bibliográfica, articulado à pesquisa de campo. O estudo foi desenvolvido na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA-UFPA), especificamente na turma do 8º ano do Ensino Fundamental II, no contexto das aulas de Sociologia, acompanhando um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a compreensão aprofundada das práticas pedagógicas e das interações estabelecidas no ambiente escolar, considerando as especificidades do estudante observado. Conforme destaca Minayo (2001), a pesquisa qualitativa permite analisar significados, relações e processos que não podem ser reduzidos à quantificação.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, foram realizadas observações sistemáticas em sala de aula, registros escritos e registros fotográficos, respeitando os princípios éticos da pesquisa educacional. As observações concentraram-se nas estratégias pedagógicas utilizadas, na interação do aluno com os colegas, na mediação do professor regente e na atuação do Profissional de Apoio Escolar (PAE).

Durante as aulas, o acompanhamento ocorreu de forma colaborativa. O pesquisador posicionava-se ao lado do aluno para auxiliá-lo na compreensão das atividades propostas, oferecendo suporte progressivo, conforme suas necessidades. Nas atividades em grupo, buscou-se favorecer a autonomia e a interação social do estudante, intervindo apenas quando necessário, com o objetivo de estimular sua participação ativa.

Em uma das atividades observadas, cujo tema foi “Direito à Moradia”, a professora organizou a turma em grupos de cinco alunos. Como recurso didático, foi utilizada uma imagem ilustrativa para orientar a produção artística relacionada ao conteúdo trabalhado. O aluno realizou a atividade de pintura com apoio visual mediado por dispositivo digital, o que favoreceu sua compreensão e engajamento. Posteriormente, foram realizados ajustes posturais para garantir seu conforto físico durante a execução da tarefa.

Foto 1 – Aluno realizando atividade de pintura sobre o tema “Direito à Moradia”.



Fonte: Pesquisa de Campo (2026).

Além das atividades em sala regular, observou-se que, em alguns momentos, quando o aluno necessitava sair antecipadamente, permanecia sob acompanhamento na Coordenação de Educação Inclusiva (CEI), localizada no prédio da EA-UFPA, garantindo continuidade do suporte pedagógico e institucional.

O levantamento bibliográfico fundamentou-se em livros, artigos científicos e documentos legais relacionados à educação inclusiva, ao ensino de Sociologia e ao Transtorno do Espectro Autista, possibilitando a articulação entre teoria e prática. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu analisar, de maneira contextualizada, como os materiais pedagógicos adaptados e a mediação pedagógica contribuem para o processo de inclusão e aprendizagem do estudante com TEA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva constitui-se como um paradigma educacional fundamentado no princípio da equidade e no reconhecimento da diversidade humana como elemento constitutivo do ambiente escolar. No Brasil, esse modelo ganhou maior força a partir das legislações que asseguram o direito das pessoas com deficiência à educação em classes comuns do ensino regular. A Lei nº 13.146 estabelece que a educação é direito da pessoa com deficiência, devendo ser garantido “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (BRASIL, 2015). Tal prerrogativa reafirma que a inclusão não é uma concessão, mas um direito legalmente assegurado.

No que se refere ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), compreende-se que se trata de uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento. Essas características podem impactar diretamente o processo de aprendizagem, especialmente em componentes curriculares que exigem interpretação abstrata, argumentação e interação social, como é o caso da Sociologia no Ensino Fundamental II. Dessa forma, a organização do trabalho pedagógico precisa considerar estratégias diferenciadas que favoreçam a participação efetiva do estudante.

Segundo Silva, Santiago e Oliveira (2019), as adaptações curriculares representam um dos principais instrumentos para assegurar a inclusão do aluno autista, pois permitem reorganizar conteúdos, metodologias e formas de avaliação de modo a respeitar as especificidades do estudante. As autoras defendem que a flexibilização curricular não significa redução de conteúdo, mas adequação das estratégias de ensino para garantir o desenvolvimento das potencialidades do educando. Nesse sentido, a prática pedagógica inclusiva exige planejamento intencional e fundamentação teórica consistente.

A literatura especializada destaca ainda que o uso de materiais pedagógicos estruturados contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional de estudantes com TEA. Suplino (2011) afirma que “ensinar a pessoa com autismo requer planejamento sistemático, organização do ambiente e utilização de recursos que favoreçam a previsibilidade e a compreensão das atividades propostas” (SUPLINO, 2011, p. 23). A previsibilidade e a organização do ambiente escolar auxiliam na redução da ansiedade e favorecem a concentração, elementos essenciais para a aprendizagem significativa.

Além disso, os recursos visuais, como esquemas, mapas conceituais, imagens e roteiros estruturados, desempenham papel relevante no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com TEA. Esses instrumentos facilitam a compreensão de conteúdos abstratos e promovem maior autonomia na realização das atividades. A utilização de estratégias visuais está alinhada ao princípio da mediação pedagógica, no qual o professor atua como facilitador do conhecimento, adaptando os conteúdos às necessidades do estudante.

No contexto do ensino de Sociologia, disciplina que envolve conceitos como cultura, sociedade, cidadania e relações sociais, torna-se ainda mais evidente a necessidade de recursos pedagógicos adaptados. A abordagem sociológica exige capacidade de análise crítica e interpretação de fenômenos sociais, o que pode representar desafios adicionais para estudantes com TEA. Assim, a mediação docente, associada ao uso de materiais estruturados e linguagem acessível, configura-se como estratégia fundamental para a construção do conhecimento.

Outro aspecto relevante refere-se à atuação do Profissional de Apoio Escolar (PAE), cuja função é colaborar no processo de inclusão, auxiliando na organização das atividades, na mediação social e no acompanhamento das demandas específicas do estudante. A presença desse profissional fortalece o trabalho colaborativo entre equipe pedagógica e família, promovendo um ambiente mais acolhedor e estruturado.

É importante destacar que a inclusão escolar não se restringe à adaptação de materiais, mas envolve uma mudança de postura institucional. A escola inclusiva pressupõe formação continuada de professores, planejamento coletivo e reflexão constante sobre as práticas pedagógicas. Conforme estabelece a legislação vigente, o sistema educacional deve oferecer suporte adequado para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar do estudante com deficiência.

Nesse sentido, o uso de materiais pedagógicos adaptados no ensino de Sociologia para alunos com TEA deve ser compreendido como parte de uma proposta mais ampla de educação inclusiva, que valoriza a diversidade e promove a equidade. Ao reconhecer as especificidades do estudante e investir em estratégias diferenciadas, a escola contribui para o desenvolvimento integral do educando, favorecendo sua autonomia, participação social e construção da cidadania.

Portanto, a fundamentação teórica aqui apresentada sustenta a relevância da utilização de recursos pedagógicos adaptados como instrumento essencial para a efetivação da inclusão escolar. Ao articular legislação, estudos acadêmicos e práticas pedagógicas, reafirma-se que a educação inclusiva exige compromisso, planejamento e reflexão constante, sobretudo no ensino de componentes curriculares que demandam abstração e interação social, como a Sociologia no Ensino Fundamental II.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a importância do uso de materiais pedagógicos adaptados no processo de inclusão escolar de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no ensino de Sociologia do 8º ano da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA-UFPA). A partir das observações realizadas e da fundamentação teórica adotada, constatou-se que a utilização de recursos pedagógicos estruturados, associados à mediação docente e ao acompanhamento do Profissional de Apoio Escolar (PAE), contribuiu significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem, da interação social e da participação do estudante nas atividades propostas.

Os resultados evidenciaram que a adaptação de materiais, o uso de recursos visuais e a organização do ambiente favoreceram a compreensão dos conteúdos sociológicos, especialmente aqueles que exigem maior abstração e interpretação crítica. Observou-se, ainda, que a atuação colaborativa entre professor regente, PAE e equipe pedagógica foi elemento essencial para promover maior segurança, autonomia e engajamento do aluno no contexto escolar.

Destaca-se que a inclusão efetiva não se restringe à presença física do estudante na sala de aula, mas implica a criação de condições pedagógicas que assegurem sua aprendizagem e desenvolvimento integral. Nesse sentido, o uso intencional de materiais pedagógicos adaptados mostrou-se estratégia fundamental para garantir equidade no processo educativo.

Entretanto, reconhece-se que este estudo apresenta limitações, por tratar-se de uma pesquisa qualitativa centrada na observação de um único estudante e em um contexto específico. Assim, sugere-se a realização de novas investigações que ampliem o número de participantes e contemplem diferentes componentes curriculares, a fim de aprofundar a compreensão sobre práticas inclusivas no Ensino Fundamental II.

Conclui-se, portanto, que os materiais pedagógicos adaptados, aliados à formação continuada dos profissionais da educação e ao trabalho colaborativo, configuram-se como instrumentos essenciais para a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva, comprometida com o respeito à diversidade e com a garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 7 jul. 2015.

SILVA, Raiane Rosa Dias Leite; SANTIAGO, Cinthia Brenda Siqueira; OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça. **A inclusão do aluno autista: um estudo sobre as adaptações curriculares**.

SUPLINO, M. H. F. de O. **Ensinando a pessoa com autismo e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Ed. Diferenças, 2011.